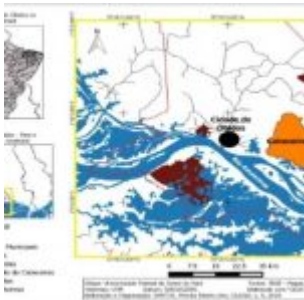


Associação quilombola denuncia suposta venda ilegal de terras no território Área das Cabeceiras, em Óbidos

Category: GERAL, PARÁ, REGIÃO

escrito por Maria Luiza | 8 de julho de 2026



O Ministério Público do Estado do Pará instaurou um Procedimento Preparatório para aprofundar a investigação sobre a suposta comercialização irregular de uma área localizada dentro do Território Quilombola Área das Cabeceiras, na Comunidade Quilombola Cuecé, em Óbidos, no oeste do Pará, após denúncias de que a negociação teria ocorrido sem respaldo legal, sem consulta à comunidade tradicional e em uma área considerada inalienável.

A investigação é conduzida pela 7ª Promotoria de Justiça Agrária da 2ª Região, em Santarém, sob responsabilidade da promotora de Justiça Herena Neves Maués Corrêa de Melo. O procedimento foi instaurado por meio da Portaria nº 14/2026, registrada sob o número SAJ 06.2026.00000931-2, e tem como objetivo esclarecer a situação fundiária da área, verificar possível sobreposição territorial, analisar a validade dos documentos apresentados pelas partes envolvidas e apurar eventual violação aos direitos territoriais da comunidade quilombola.

A apuração teve início após a Associação das Comunidades

Remanescentes de Negros da Área das Cabeceiras (ACORNECAB) encaminhar ao Ministério Público o Ofício nº 001/2025, comunicando uma suposta venda irregular de terras situadas na Comunidade Quilombola Cuecé. Segundo a entidade, a área teria sido negociada por uma pessoa que não reside na comunidade há aproximadamente 40 anos, sem apresentação de título válido e sem qualquer consulta ou autorização da coletividade quilombola, procedimento considerado incompatível com a legislação que protege territórios tradicionais titulados.

Conforme os autos, a negociação teria sido realizada por Elizia Tavares, atualmente residente em Manaus (AM), tendo como compradores Manoel Henrique Marinho, morador da própria comunidade, além de André Soares Marinho, residente em Manaus, e Adilce Soares Marinho, moradora de Óbidos.

Durante a fase inicial da investigação, o Ministério Público requisitou informações ao Cartório de Registro de Imóveis de Óbidos, notificou a suposta vendedora, os compradores e solicitou documentos à ACORNECAB. Em resposta, Elizia Tavares apresentou uma série de documentos que, segundo sua defesa, comprovariam direitos sucessórios sobre parte das terras desde a década de 1950, além de registros de cadastro rural, documentos tributários, certidões judiciais, declarações de produção agrícola e uma ata notarial lavrada em 2025 referente à venda de uma área de aproximadamente 136 hectares.

Na manifestação encaminhada ao Ministério Público, a investigada afirma que parte das terras foi vendida para moradores quilombolas da própria comunidade e sustenta possuir documentação que demonstraria a origem patrimonial da área. Também declarou que outros integrantes da família Tavares realizaram negociações semelhantes ao longo dos anos e que desconhece os motivos pelos quais sua negociação passou a ser questionada.

Apesar da documentação apresentada, a investigação ganhou novo rumo após o Cartório de Registro de Imóveis encaminhar

certidão de inteiro teor confirmando que o Território Quilombola Área das Cabeceiras possui aproximadamente 17,1 mil hectares titulados e permanece juridicamente inalienável, devendo permanecer sob uso e posse exclusiva das comunidades remanescentes beneficiárias, conforme previsto na Constituição Federal.

Além da certidão cartorial, a ACORNECAB encaminhou ao Ministério Público o Título de Reconhecimento de Domínio da área, memorial descritivo, inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e outros documentos que reforçam a titulação coletiva do território.

Diante das informações reunidas e da necessidade de esclarecer se a área negociada está inserida no território oficialmente titulado, o Ministério Público decidiu converter a Notícia de Fato em Procedimento Preparatório. A promotora destacou que ainda são necessárias diligências técnicas para verificar eventual sobreposição entre a área objeto da negociação e o território quilombola, além de identificar possíveis irregularidades fundiárias.

Como parte das novas medidas, o Ministério Público irá solicitar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) informações sobre a situação atual do processo de regularização da Comunidade Quilombola Cuecé, eventual sobreposição da área negociada com o território titulado e a existência de cadastros de ocupações particulares na região. Também serão requisitadas manifestações da Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu) e da própria ACORNECAB, além da realização de oitivas com os compradores e representantes da comunidade.

Fonte: oestadonet e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
08/07/2026/07:28:36

0 formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do](#)

Progresso pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a receber as notícias do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](tel:+5511984046835)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

*Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](tel:+5511984046835) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com*

[Cassinos no exterior: mudanças positivas e lições para o](#)

Brasil